



SEMINÁRIO 40 ANOS LEI DE ANISTIA

Eneá de Stutz e Almeida

Este seminário é uma celebração: comemoramos 40 anos da promulgação da Lei 6683/79, a Lei da Anistia Política. Esta celebração ocorre num momento de extrema angústia e incertezas: avaliamos os últimos 40 anos e tememos pelo futuro. Aliás, tememos pelo presente.

Então eu gostaria de falar um pouco sobre o tempo, e em especial sobre o futuro. O futuro é imprevisível, mas há uma coisa que traz um pouco menos de imprevisibilidade ao futuro: a promessa. Nietzsche diz que a promessa é a “memória da vontade”. É a continuidade no querer. Uma outra autora do século passado, Hannah Arendt, diz que a promessa é um instrumento de cooperação, porque reúne o desejo de dominar a incerteza do futuro com a confiança no outro.

O respeito à confiança mútua está na base do Estado de Direito. É justamente porque confiamos que o Estado cumprirá as promessas feitas na forma da legislação (e quanto mais fundamentais as leis, maiores as promessas) que dominamos a incerteza do futuro. Há 40 anos vivíamos tempos sombrios, mas



que já carregavam muita esperança de dias melhores. A Lei de Anistia representou este marco histórico (e por isso a celebramos hoje) do início da construção da esperança. Hoje também vivemos tempos sombrios. Entretanto, diferentemente de 40 anos atrás, com muita frequência nos sentimos desanimados e desesperançosos. Como se duvidássemos da promessa. Como se duvidássemos do futuro. E não nos faltam motivos para isso. Estamos assistindo quase incrédulos ao desmanche de instituições que nos são muito caras: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos; a Comissão de Anistia; vários Conselhos Federais com participação da sociedade civil, a própria afirmação de que houve um Estado de Exceção no Brasil e todas as ações de memória, verdade e justiça para garantirem que nunca mais aconteça.

O nosso passado, hoje celebrado, tem a Lei 6683; o nosso presente tem tantos retrocessos que nos assombram. Como esperar um futuro promissor? Talvez seja um bom momento para nos aconselharmos com aqueles que também viveram esses tempos sombrios: os nossos antepassados, nossos heróis, verdadeiros heróis deste País, responsáveis pela nossa história. Há vários sistemas de crenças que entram em contato com os



antepassados. Nós também fazemos isso, no nosso mundo racional, no nosso mundo jurídico: por intermédio das leis e das instituições jurídicas. Nossos antepassados deram a vida por um Brasil democrático. Muitos de vocês sofreram toda sorte de perseguição e alguns ainda carregam o fardo de terem sobrevivido motivados pela mesma promessa. Num momento de total incerteza, que era aquele período ditatorial.

Como recuperar a esperança? Como recuperar o sonho, a utopia e a força para a luta pela anistia, com a sensação de que “voltamos à estaca zero”? Proponho dominarmos essas incertezas confiando uns nos outros, na nossa Constituição e nas nossas instituições (ainda que alquebradas) e principalmente nos nossos ancestrais, que permanecem entre nós com seu legado, com sua força, coragem, heroísmo, mas em especial com sua esperança. Celebremos a vida e não a morte, como parecem querer vários de nossos governantes. Celebremos a esperança e não a derrota, como gostariam todos os que idolatram a repressão. Celebremos a confiança de que somos capazes de vencer, porque acreditamos num Brasil democrático, igualitário e justo, como afirma a nossa Constituição. Que as promessas dos nossos antepassados, seja por suas vidas, histórias, leis ou sonhos nos inspirem a afirmar que



não seremos derrotados porque ainda que não estejamos conseguindo ver com clareza a liberdade e a igualdade, acreditamos nesses 40 anos de luta pela anistia, e para os que pretendem nos subjugar, gritaremos: não passarão!!

Brasília, 27 de agosto de 2019